

---

# O DESENVOLVIMENTO DO NORTE/ NOROESTE FLUMINENSE: PROBLEMATIZANDO O CONSENSO

## ARTIGO

José Luis Vianna da Cruz

Sociólogo, Professor da UFF/DSSC, pesquisador pelo convênio UFF/UENF,  
mestre em Planejamento Urbano e Regional

### Resumo

*O presente artigo se apóia no Estudo de Tendências do Desenvolvimento das Regiões Norte e Noroeste Fluminense, encomendado pela Escola Técnica Federal de Campos ao Centro de Pesquisas da Faculdade Cândido Mendes e realizado sob a coordenação deste autor e da profª. Denise Terra, diretora do referido Centro. O artigo busca, através do citado Estudo de Tendências, relativizar a visão dominante, de cunho conservador (no sentido de preservar a hierarquia econômica e social tradicional), sobre o Desenvolvimento dessas regiões, considerando-a inapropriada às condições e potencialidades reais da região, equivocada do ponto de vista teórico, enquanto modelo de Desenvolvimento Regional, bem como não sintonizada com as condicionantes contemporâneas do desenvolvimento, tanto do ponto de vista do empresariado quanto do Poder Público. O artigo busca mostrar, ainda, que o Estudo reforça uma outra perspectiva de Desenvolvimento para a região, capaz de oferecer respostas aos seus problemas sociais e econômicos mais importantes, do ponto de vista da diversidade do seus segmentos e grupos sociais, e, por isso mesmo, mais potencializadora das atividades regionais e mais afinada com a visão de Desenvolvimento Local, enquanto estratégia de Desenvolvimento para enfrentar as tendências da Globalização frente ao aprofundamento das desigualdades regionais e sociais.*

### 1- A Ideologia Regionalista

Os indicadores de Desenvolvimento colocam a região Norte/Noroeste fluminense em posição desvantajosa, em termos do Est. do Rio e da realidade brasileira. São regiões conhecidas nacionalmente pela pobreza e miséria de sua população, pela estagnação relativa de sua economia e pelos problemas correlatos, como um mercado de trabalho pouco dinâmico, baixo índice de industrialização, padrões produtivos “não atualizados”, infra-estrutura e economias externas precárias e outros, que fazem parte da classificação corrente que qualifica de “atrasadas” as regiões com perfis semelhantes. O NOF e o Nf são tratados, pois, após décadas de reivindicação desse “status”, como *regiões-problema* em termos estaduais e nacionais.

Tal *status* é manipulado no sentido de justificar a reivindicação de uma série de medidas “protecionistas” por parte dos Governos Estadual e Federal. Um verdadeiro movimento regionalista vem, há pelo menos 20 anos, girando em torno da caracterização dessa região como *necessitada, carente, ou abandonada*, e brandindo um conjunto de reivindicações cujos conteúdos são fortemente marcados pelo caráter de *subsídio* e outras formas de *renúncia fiscal*, enquanto conteúdos de um *tratamento especial, diferenciado*, pelo Estado (Cruz: 1987).

Esse conjunto de valores e representações, contendo explicações, diagnósticos e reivindicações, compõem um tipo de *regionalismo de caráter conservador* (Vainer: 1993), que forjou um consenso *regional* em torno desse estigma de

*incapacitada* para essa região, reforçando a concepção de que a *superação do atraso* virá, principalmente, pelas mãos do Estado, através de um conjunto de medidas protecionistas, de um lado, e de obras de engenharia e de infraestrutura, por outro. Chamamos de **regionalismo** uma forma de identidade social de base territorial, polarizada pelos setores que, historicamente, constituíram uma hegemonia econômica, social, cultural e política. É utilizado para mobilizar a população local em torno de um conjunto de representações acerca do diagnóstico das suas condições e dos mecanismos, mediações e reivindicações concretas que adquirem força simbólica enquanto capazes de mudar a situação e de resolver os problemas sócio-econômicos (principalmente) locais. É uma ideologia, no sentido de que se apresenta como expressão universal da realidade, neutra, mas na verdade, é um instrumento pelo qual os grupos mais poderosos, as elites, ou oligarquias locais, forjam um respaldo social para o atendimento das reivindicações que, em última instância, representam interesses que visam à reprodução e ao desenvolvimento de suas atividades econômicas em condições privilegiadas, mantendo o seu “status quo” e as suas posições dominantes na sociedade, na economia e na política, perpetuando as formas concentradas de produção e distribuição da riqueza material e dos bens simbólicos. A força do regionalismo provém em grande parte da sua capacidade de unificação da região frente *aos agentes externos*, como o Estado de um modo geral, cuja omissão é apontada como causa do *estado de abandono* presente, e cuja capacidade de atendimento das reivindicações é tida como fator de *redenção* futura. Nesse contexto, a idéia de *região* é forjada pela ideologia (Godoy: 1997 ; Vainer: 1993).

Consideramos que tais parâmetros podem ser utilizados para caracterizar mesorregiões, como o Norte e o Noroeste fluminenses, e outros espaços sub e intraregionais, desde que sejam identificados fortes elementos de regionalismo, enquanto movimento que articula identidades que

asseguram a coesão social que vai constituir a base da mobilização das elites locais para a interlocução e formas de relação com as elites nacionais, em cima de uma agenda e pautas de reivindicações *regionais*, que resgatam elementos culturais e políticos.

No caso do Norte/Noroeste fluminense, sua história sócio-política produziu na população um sentimento de “pertencimento” que articula, mobiliza e dá organicidade a uma forma de regionalismo, polarizado pela oligarquia canavieira (Soffiat & Cruz: 1997).

A pauta de reivindicações que, hoje, expressa esse regionalismo assim se manifesta, publicamente: **Incentivos Fiscais, Irrigação (principalmente para a lavoura canavieira), Terminal Pesqueiro, Industrialização (Pólos Petro, Álcool e Gás-Químicos), e, secundariamente, Aeroporto Alandegado, Termo e Hidroelétricas, Utilização do Gás natural como combustível industrial, Fruticultura com Agroindústria, Modernização das Telecomunicações (fibra ótica e celular fixo) e Revitalização da Cultura do Café.**

## 2- As Mudanças Regionais Recentes

Desde a década de 70, uma série de mudanças profundas têm ocorrido na economia, na sociedade, na política e na cultura regionais, o que vem alterando radicalmente o perfil regional. Assistimos à implantação do PROÁLCOOL, o que significou expansão das áreas cultivadas, investimentos na capacidade de esmagamento das Usinas, ociosidade industrial e sua posterior desativação. Assistimos à crise do petróleo e à instalação na região do maior complexo de extração de petróleo do país, que responde por quase 80% da produção total. Assistimos à decadência das culturas regionais tradicionais, como o café (erradicado desde a primeira metade do século), no Noroeste, e a mandioca, no Norte, e o surgimento bem-sucedido da fruticultura. Assistimos à onda de crescimento do setor de vestuário em toda a região, bem como sua decadência junto com

a crise dos anos 80, e mais recentemente, frente à competição globalizada. Outras atividades tradicionais típicas, como algumas indústrias de doces, de aguardente, a produção de arroz, de calcário e cimento, e pedras em geral, a criação de gado e a produção de leite, a pesca, dentre outras, não se desenvolveram no ritmo que a demanda de emprego na região exigia. Pelo contrário, salvo pouquíssimos dos atuais 22 municípios das duas regiões, estes se tornaram francamente urbanos, alguns mantendo um mercado de trabalho rural-urbano, com base na mão-de-obra do bóia-fria, outros tendo que lidar com uma população urbana de origem rural enfrentando um mercado de trabalho urbano absolutamente incapaz de atender à demanda por trabalho. As cidades dessas regiões cresceram desordenadamente, sem infraestrutura, sem urbanização mínima, provocando o surgimento e a proliferação de favelas, da miséria e da violência.

A crise nacional dos anos 80 afetou o Rio de Janeiro como um todo, que perdeu projeção nacional, e mais profundamente o Norte/Noroeste. Fatores diversos, que vão desde a situação do mercado internacional à crise no “apadrinhamento do Estado brasileiro”; da competição interna às mudanças nos padrões tecnológicos, e os ajustes periódicos que ocorrem nos setores da economia produziram uma reestruturação do setor agro-industrial sucroalcooleiro regional que levou ao fechamento de mais de 2/3 do parque industrial regional, da década de 70 até hoje. Embora não tenha havido queda na produção de açúcar, mas sim, aumento da produtividade do trabalho, mantendo-se os mesmos patamares de produção com um tempo menor de colheita (Delma:1997), via incorporação de avanços tecnológicos tanto na lavoura (principalmente nas terras das Usinas) como na Indústria (incluindo a automação), essas mudanças tecnológicas e as diferenças entre os sistemas produtivos de pequenos, médios e grande fornecedores de cana e entre esses e os das

Usinas que se modernizaram, levaram a uma diminuição do emprego rural na cana estimada em cerca de 15 a 20 mil postos de trabalho nesse período, sem contar aqueles decorrentes da desmobilização do complexo metal-mecânico, de comércio e serviços que girava em torno do padrão tradicional de funcionamento do complexo agro-industrial da cana.

O contraponto a esse “baque” profundo na economia regional foi o desenvolvimento da fruticultura “nobre”, voltada para o beneficiamento industrial, pela recuperação relativa do café no Noroeste, pela expansão da olericultura, pela retomada da produção de pedras ornamentais, pela nascente indústria extrativa de produção de cerâmica, pela manutenção do peso relativo importante da criação de gado e da produção de leite e derivados, pelo aumento expressivo do emprego público, principalmente municipal, pelo desenvolvimento do setor de serviços, principalmente na saúde, educação e no complexo de comunicações, do emprego no complexo de extração do petróleo e do gás e nas atividades por ele dinamizadas (moradia, alimentação, vestuário e outros) mantido, há cerca de 10 anos, nos níveis de 7000 empregos diretos e 20000 indiretos, segundo estimativas levantadas pelo Sindicato dos Petroleiros.

Diante desse quadro, uma avaliação da presente situação da sócio-economia regional, nos limites apresentados pelos dados quantitativos, e das suas perspectivas para os próximos anos, sintonizadas com os parâmetros introduzidos pela globalização e reestruturação econômicas, e pela abordagem do Desenvolvimento Social (IDH, ONU), numa perspectiva de crítica da “leitura” realizada pelo senso comum produzido pelo *regionalismo tradicional*, pode contribuir para o vislumbamento de potencialidades “escondidas” pela ideologia dominante, possibilitando uma reflexão mais rica, porque multilateral, das possibilidades de um tipo de Desenvolvimento que enfrente os principais problemas da sua população.

### 3- O Estudo das Tendências do Desenvolvimento do N/NO Fluminense

A ETFC/CEFET resolveu assumir esse desafio científico, premida: a) pelas recentes mudanças na legislação sobre formação profissional; b) pelas mudanças no mundo do trabalho decorrentes das novas bases tecnológicas e dos novos processos produtivos e de gestão, que se refletiram numa reestruturação do mercado de trabalho, na sua natureza conteúdo e forma, bem como nas exigências para a formação profissional; c) pelo desafio de incorporar as grandes massas de “excluídos” ao mercado de trabalho, atuando no campo da defasagem em termos educacionais e da formação profissional, incluindo aí jovens e adultos; d) pelo aceleração do desemprego decorrente das mudanças tecnológicas e da reestruturação econômica, demandando a “requalificação” de grandes contingentes de “ex-

trabalhadores”; fatores todos esses que assumem uma grande dramaticidade na nossa região.

A abordagem científica do Estudo de Tendências e Cenários do Desenvolvimento das Regiões Norte e Noroeste, com vistas à reorientação dos conteúdos e formas de estruturação dos cursos da ETFC/CEPECAM requereu a configuração das duas perspectivas principais que se apresentam enquanto base das propostas e campos de possibilidades de desenvolvimento para essas regiões, rompendo com a idéia de uma única perspectiva possível, ou seja, a que já está dada pelo *regionalismo dominante*. Denominamos tais perspectivas de “Modelo a partir de Fora” (que serve de matriz para o modelo contido na ideologia regionalista dominante no N/NO fluminense) e “Modelo a partir de Dentro”. Dessas estratégias, selecionaram-se os principais Indicadores do Desenvolvimento valorizados em cada uma dessas perspectivas.

| Modelo “De Fora” (vetores)   | Modelo “De Dentro” (vetores)           |
|------------------------------|--|
| Governos Estadual e Federal  | Prefeitura                             |
| Iniciativa Privada           | Parcerias/Poder Local                  |
| Grandes Empreendimentos      | Micros e Pequenos Empreendimentos      |
| Infra-estrutura de Vulto     | Superação do Déficit Social            |
| Indústria                    | Potencialidades Reais                  |
| Subsídios Incentivos Fiscais | Planos Municipais/Regionais de Desenv. |

O modelo que valoriza agentes externos, públicos e privados, baseia-se numa *visão de mercado* que identifica *crescimento com desenvolvimento*. O outro incorpora e privilegia o *enfoque social e local* e tem sua maior expressão no recente Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela ONU. Apesar de privilegiarem alguns elementos bastante distintos, como a *Logística e a Infra-estrutura Econômica*, na visão empresarial, e o *PIB per capita, os níveis de escolaridade e a expectativa de vida*, na visão do IDH da ONU, as duas perspectivas possuem identificação em alguns índices. Por exemplo, a *Escolaridade e a Expectativa de*

*Vida*, que são privilegiadas pela ONU, aparecem como *Qualidade da Mão de Obra e Qualidade de Vida*, na perspectiva da visão de mercado, ou empresarial.

Houve uma mudança significativa nos critérios definidos pelos grandes empresários para a identificação de locais (municípios) para investimentos nos próximos anos, segundo pesquisa conjunta de Revista EXAME e a TREVISAN ASSOCIADOS, empresa de consultoria de renome internacional, realizada em 1996. Segundo tal levantamento, existe um primeiro critério eliminatório, que é a integração do município na Rede Nacional de Fibras Óticas. A partir dessa seleção

excludente inicial, os empresários pontuaram os 5 critérios definidores de investimentos, totalizando 100 pontos. Foram eles:

***Qualidade da Mão de Obra - 30***

***Qualidade de Vida - 20***

***Logística - 20***

***Infra-estrutura - 20***

***Incentivos Fiscais - 10***

É possível perceber a incompatibilidade entre os principais vetores da visão regionalista dominante e a própria visão contemporânea dos empresários. Os incentivos Fiscais, que aparecem em primeiro lugar, como pré-condição absoluta para o desenvolvimento, no regionalismo local, é o que recebeu a menor pontuação dentre os critérios empresariais. A qualidade da mão-de-obra (que envolve escolaridade e formação profissional) e a qualidade de vida (que envolve qualidade da urbanização, preservação ambiental e cobertura dos serviços públicos básicos), aparecem em primeiro lugar. Juntamente com a logística e a infra-estrutura econômica, essas seriam as pré-condições para os investimentos empresariais. Em função disso, outro aspecto que teve que ser levado em consideração foi a ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, consequência da paralisia provocada pelo conteúdo e pela forma como o regionalismo se constrói e se apresenta, projetando sempre para agentes externos e para o futuro as resoluções dos entraves ao desenvolvimento. Como consequência, foram identificadas, também, as previsões

de investimentos públicos e privados para as duas regiões, enquanto sinalizações concretas das mudanças nos indicadores básicos que constituem as pré-condições para os investimentos privados, assim como para checar a viabilidade da estratégia que predomina no discurso dominante do desenvolvimento. Finalmente, avaliamos as potencialidades reais, entendidas como as atividades concretas que os indivíduos das duas regiões efetivamente desenvolvem, que configuram sua experiência histórica, mas também suas estratégias presentes de enfrentamento das crises econômicas, e que, uma vez dinamizadas, podem potencializar em muito o Desenvolvimento Local e Regional. Avaliamos, finalmente, as potencialidades de intervenção a partir das forças, atores e agentes locais/regionais. Isto se sustenta também numa visão do processo de transformação em curso no mundo e como ele rebate no Brasil, revalorizando o *local* como o centro dinâmico do Desenvolvimento.

Alguns indicadores, apresentados a seguir, representam uma amostra do conjunto que compõe o quadro da fragilidade dos denominados “fatores de atratividade”, que orientam a definição de prioridades para os investimentos privados, tais como a *qualidade da mão-de-obra e a qualidade de vida*, dados pelos índices de escolaridade e de acesso aos serviços básicos. Já os indicadores sobre a composição e o peso do PIB regional em relação ao estadual fazem saltar aos olhos a importância das atividades agropecuárias do Norte/Noroeste em termos estaduais.

**TABELA 1**  
**Percentual Médio Total das Regiões Noroeste e Norte Fluminense, Segundo a Alfabetização Entre Indivíduos de 10 a 19 Anos**

| <b>Regiões</b>      | <b>Alfabetizados</b> | <b>Não Alfabetizados</b> |
|---------------------|----------------------|--------------------------|
| Noroeste Fluminense | 89,6                 | 10,4                     |
| Norte Fluminense    | 88,1                 | 11,9                     |

CEPECAM, 1997. Fonte: IBGE/91

**TABELA 2**  
**Chefes de Domicílio, por Anos de Estudo, segundo as Regiões**  
**Noroeste e Norte Fluminense**

| Regiões             | Sem instrução e menos de 1 ano | 1 a 7 anos | 8 anos ou mais |
|---------------------|--------------------------------|------------|----------------|
| Noroeste Fluminense | 26,5                           | 51,8       | 21,7           |
| Norte Fluminense    | 22,1                           | 52,7       | 25,8           |

CEPECAM, 1997. Fonte: IBGE/91

**TABELA 3**  
**Percentual Médio de Abastecimento Domiciliar de Água das Regiões**  
**Noroeste e Norte Fluminense**

| Regiões             | Adequada | Inadequada |
|---------------------|----------|------------|
| Noroeste Fluminense | 81,6     | 18,4       |
| Norte Fluminense    | 78,2     | 21,8       |

CEPECAM, 1997. Fonte: IBGE/91

**TABELA 4**  
**Percentual Médio dos Municípios do Noroeste e Norte Fluminense, em relação ao**  
**Uso e Escoadouro da Instalação Sanitária**

| Regiões             | Adequada | Inadequada |
|---------------------|----------|------------|
| Noroeste Fluminense | 65,4     | 34,6       |
| Norte Fluminense    | 52,3     | 47,7       |

CEPECAM, 1997. Fonte: IBGE/91

**TABELA 5**  
**Classes de Rendimento Nominal Médio do Chefe de Domicílio, Segundo as**  
**Regiões Noroeste e Norte Fluminense, em Salário-mínimo**

| Classes de Renda      | Noroeste | Norte    |
|-----------------------|----------|----------|
| Até 1/4               | 1,8      | 0,5      |
| mais de 1/4 a 1/2     | 20,0     | 11,3     |
| mais de 1/2 a 3/4     | 25,3     | 21,5     |
| mais de 3/4 a 1       | 10,5     | 8,6      |
| mais de 1 a 1 1/4     | 6,2      | 9,2      |
| mais de 1 1/4 a 1 1/2 | 6,0      | 6,5      |
| mais de 1 1/2 a 2     | 5,9      | 7,8      |
| mais de 2 a 3         | 7,3      | 10,5     |
| até 3                 | 83,0     | 75,9     |
| 3 ou mais             | 17,0     | 24,147,7 |
| Total                 | 100      | 100      |

CEPECAM, 1997. Fonte: IBGE/91

**TABELA 6**  
**Norte e Noroeste no PIB Estadual, por Setores Econômicos (%)**

| Locais        | Total | Agropecuária | Indústria | Comércio e Serviços | Outros |
|---------------|-------|--------------|-----------|---------------------|--------|
| Estado do Rio | 100   | 100          | 100       | 100                 | 100    |
| Norte         | 2,38  | 23,71        | 2,10      | 2,04                | 2,14   |
| Noroeste      | 0,82  | 14,24        | 0,49      | 0,69                | 0,79   |
| Total N/No    | 3,20  | 37,95        | 2,59      | 2,73                | 2,93   |

Fonte: CIDE, 1994

#### 4- Análise das Potencialidades

Uma análise de potencialidades tem que incorporar os elementos histórico-culturais, uma vez que o desenvolvimento das potencialidades terá que envolver as vontades e as intencionalidades de quem produz; a iniciativa dos agentes econômicos, principalmente, e a intervenção dos principais atores locais, no sentido da promoção de mudanças, muitas vezes profundas e em conflito com os hábitos e tradições arraigadas. Assim sendo, um dos elementos a ser incorporado na análise das potencialidades econômicas, no caso das regiões em questão, é a constatação de que predominam as culturas tradicionais definidas nos marcos da sua “colonização”, e mais ainda, de que essas atividades são qualificadas como “de baixos índices de produtividade, e com problemas de qualidade e competitividade”, o que colocaria sérios obstáculos ao seu desenvolvimento como suporte da revitalização econômica. Outro elemento importante seria a predominância da parceria em condições antieconômicas nos principais produtos agrícolas do Noroeste (Grabois: 1996, mime.); e “da pequena produção de cana descapitalizada, com baixa produtividade”, e, atualmente, sem alguns dos benefícios dos recursos inerentes à sua forma de subordinação dentro da estrutura da produção canavieira da Região, que ela sempre usou a seu favor. Por fim, outro fator limitante para se pensar em “novos produtos” são as condições de clima e solo das regiões, com problemas de chuvas e esgotamento do solo.

Tomando por base essas constatações, partiu-se para uma crítica às definições de *potencialidades* encontradas comumente nos estudos de potencialidades disponíveis, muitos dos quais foram consultados para elaboração deste Estudo. Estes acabam supervalorizando os “novos” produtos, que possibilitam maior rentabilidade “no momento”, numa racionalidade quase absoluta, “pura”, que abstrai os produtores concretos e outros atores e agentes de decisão, bem como as

circunstâncias econômicas e histórico-culturais que os caracterizam, e, em alguns casos, até a aptidão agrícola das regiões, mas, principalmente, não permitem compreender as estratégias de reprodução social desses grupos de “produtores tradicionais”, nem os seus “saberes”, ou, enfim, o conjunto de relações e situações que viabilizam essas atividades. Na ausência de estudos mais aprofundados das aptidões e de zoneamento agrícola, as potencialidades foram avaliadas a partir, basicamente, do que está consolidado, em termos produtivos, e das tendências de mudanças que apresentam nitidez e relevância.

Assim sendo, o Estudo reforça a idéia de que a **Agropecuária** seria ainda a base de Desenvolvimento das duas Regiões, a partir do reforço das principais atividades e do aproveitamento das potencialidades de beneficiamento, através da implantação de agroindústrias. No caso da região Noroeste, o que se confirma também na Região Norte, é a **atividade leiteira** a que manifesta maior potencial de desenvolvimento, nas suas implicações econômicas e sociais, por ser a atividade mais disseminada, descentralizada e “democrática”, ao envolver um grande número de famílias de pequenos produtores; por ter tradição; por representar a atividade regional de maior peso no conjunto da economia do Estado, ao lado da cana; e por apresentar a revalorização mais visível dentre as culturas tradicionais das duas regiões. Existem hoje mais de 40 Mini-Usinas de leite espalhadas por quase todos os municípios das regiões. Existem dezenas de marcas regionais de leites e derivados, principalmente queijos e iogurtes. Essa inserção dos produtores de leite na atividade agro-industrial - médios produtores, principalmente - vem provocando a revitalização do setor, apesar dos diversos problemas, que vão desde a criação de gado leiteiro até os recursos para o beneficiamento e comercialização, sem contar as medidas de neutralização dessa tendência por parte das grandes cooperativas e empresas transnacionais. Mas, sem dúvida, existe já uma experiência coletiva, configurando boas

potencialidades de consolidação e expansão. Por esse motivo, foi realizada uma pequena sondagem junto ao setor, como parte do Estudo. A produção de **olerícolas, de café e de arroz, no Noroeste**, também representa potenciais significativos. No caso do café e do arroz, uma política de beneficiamento e uma estratégia de mercado, que direcionem para o consumo segmentado, poderia ser um dos caminhos. para a dinamização e expansão dessas atividades. No caso do tomate, também o fortalecimento de agroindústrias parece ser uma estratégia sintonizada com o novo padrão de competitividade na atividade agrícola.

No Norte Fluminense, além da atividade leiteira, destaca-se *a atividade canavieira e da agroindústria sucroalcooleira*. Cabe destacar que é difícil prever os impactos da principal solução buscada pelo setor (leia-se grandes e médios fornecedores de cana), a irrigação, sobre os pequenos fornecedores, já hoje afetados pelo processo de reestruturação do setor. O setor busca um salto de produtividade e de competitividade em geral, através da diminuição do número de unidades industriais e do aumento da produção de canas próprias, com uso intensivo de máquinas, inclusive colheitadeiras, e da irrigação. Diante desse processo de concentração espacial e econômica, as perspectivas para o emprego e a geração de renda para as camadas sociais de renda mais baixa não são boas, uma vez que as atividades agropecuárias com possibilidades de dinamização no curto prazo, quais sejam, as da produção de leite e derivados e de frutas com alto valor de mercado, não apresentam potencial para compensar as consequências de um agravamento da crise da agroindústria ligada à produção de cana. Mesmo porque não se pode afirmar que são os antigos produtores de cana que estão concentrando suas atividades na produção de leite e no cultivo de frutas. No entanto, o complexo sucroalcooleiro, mesmo empregando menos mão-de-obra, significa um grande potencial para o desenvolvimento de indústrias de alimentos e bebidas, com base na utilização

do álcool e do açúcar. O surgimento de “novos produtores”, nas figuras dos **assentados da Reforma Agrária**, em Novo Horizonte e Conceição de Macabu, e, mais recentemente, nas terras da ex-Usina S. João, representa uma nova forma de revitalização das atividades agropecuárias, com peso representativo em termos da “geração de trabalho e renda”.

Outra atividade tradicional de peso no Norte Fluminense, **a produção de mandioca para a fabricação de farinha**, perdeu muito em importância econômica, uma vez que as milhares de “bolandeiras”, (moinhos de farinha, movidos a boi) existentes há menos de meio século, estão reduzidas a menos de uma dezena. A mandioca ‘brava’, própria para a fabricação de farinha, está sendo substituída pela **mandioca de mesa**, com bom valor de mercado no Rio de Janeiro (Cruz: 1996, mime). No entanto, o produto continua tendo grande peso na região e no Estado. Talvez possa ser revalorizada a tradição regional de fabricação da farinha e da tapioca, dentro de uma estratégia de mercado direcionada, uma vez que a farinha do Nordeste e do Sul do país desbancou a farinha local, em termos de competitividade, talvez definitivamente. Ou, ainda, consolidar a nova tendência para a mandioca de mesa. O importante é levar em conta o grande número de pequenos produtores ainda envolvidos nessa atividade.

O **cultivo de frutas**, com destaque para o maracujá, o abacaxi e o coco, vem sendo a grande novidade da agricultura da Região. A região se destaca, em termos nacionais, na produção de maracujá e abacaxi. As frutas são, dentre os novos, os produtos de maior potencialidade para a dinamização da agricultura na região, com possibilidades de compensar a crise das culturas da cana e da mandioca. Suas potencialidades maiores se concentram no beneficiamento, para a produção de sucos, pelas oportunidades oferecidas pela solidificação da tendência nacional e mundial do consumo desses produtos sob a forma de suco. Esse processo tem maior expressão no município de S. Francisco do Itabapoana (Cruz: 1990; 1996).

Finalmente, cumpre destacar que o leque de possibilidades se abre a partir de uma política de beneficiamento. No caso da cana, por exemplo, doces em geral, melado, rapadura (com nichos de mercado no exterior), e aguardente, dentre outros, para só citar os tradicionais. No caso das frutas, podem-se citar os doces, vinhos e licores, como indica a experiência do município de Varre-Sai, dentre outras.

## 5- Considerações Finais

O Estudo permitiu demonstrar a **relatividade e a fragilidade da concepção dominante de Desenvolvimento**, pela constatação da fragilidade dos fatores de atratividade para os investimentos privados, embora haja potencial de atração em termos da Logística da região, bem como da inserção de Campos e Macaé na Rede Nacional de Fibras Óticas. No entanto **o Estudo levantou, junto à FIRJAN e ao Orçamento Estadual, que não existem investimentos públicos ou privados, de algum significado, previstos para essas regiões no período 96/99.**

As duas regiões possuem na agropecuária o seu maior potencial de desenvolvimento, destacando-se aí a pecuária leiteira, responsável por cerca de  $\frac{1}{4}$  da produção estadual e pela existência de dezenas de pequenas usinas de beneficiamento e produção de derivados de leite.

**Os Incentivos Fiscais**, desacompanhados de uma Política de Desenvolvimento Regional e no quadro da guerra fiscal que atravessa o país, tendem, se aprovados, o que é pouco provável, devido ao rombo que a renúncia fiscal está provocando no Erário Público, a reforçar desigualdades espaciais e sociais, como, aliás, ocorreu no Nordeste e em outras regiões, onde têm sido implantados como forma de contemplar e manter atreladas forças políticas regionais ao sistema de poder federal.

Também o **Setor de Serviços**, citado no início deste artigo, apresenta grande potencial. Na verdade, os grandes indícios apontados pelo Estudo se manifestam na

**existência de uma infinidade de micro e pequenos negócios que podem ser potencializados**, com grande impacto sobre a geração de emprego. A formação de micro e pequenos empreendedores aparece como uma estratégia bastante identificada com a “economia real”, que no plano da visibilidade fiscal, é considerada “invisível”.

A revelação dessas potencialidades, ao mesmo tempo em que reforçou os novos paradigmas do processo de reestruturação interna que a ETFC/CEFET ousou enfrentar, flexibilizando, verticalizando e articulando a formação profissional com todos os setores da sociedade, destacadamente os “excluídos”, qualificados na pesquisa pelos níveis de renda, de escolaridade e de acesso a serviços básicos, evidenciou a necessidade, a oportunidade e a adequação de *um modelo de desenvolvimento alternativo ao apregoado pela ideologia dominante*.

O Estudo demonstrou que a iniciativa da ETFC/CEFET pode nortear outras de que ela participa, com diversos outros atores públicos e privados, no sentido da **construção de um Poder Local que deverá construir uma nova identidade Local/Regional, como promotora do processo de Desenvolvimento**. Paradoxalmente, o processo de Globalização e Reestruturação econômica provocam uma reestruturação das bases territoriais do Desenvolvimento, abrindo espaços fundamentais às iniciativas locais (Coelho: 1996; Dowbor: 1996). No entanto, os limites desse Estudo apontam para a necessidade do resgate dos estudos qualitativos sobre segmentos e grupos sociais (ver Neves: diversos), bem como a realização de outros, capazes de fornecer os elementos que faltam para a configuração de políticas públicas voltadas para os grupos menos favorecidos.

Que esse Estudo, junto com outras iniciativas, possa contribuir para que as práticas que se desenvolvem em toda a região, apoiadas na força do Poder Local, possam se articular e vir a construir uma Estratégia Regional de Desenvolvimento.

**Referências Bibliográficas**

- [1] COELHO, Franklin D.. Desenvolvimento econômico local. Rio de Janeiro: IBAM/SERES/FES, 1996.
- [2] CRUZ, José Luiz V.. Análise do perfil ocupacional da população de baixa renda de Campos/RJ. In: \_\_\_\_ et al. Acumulação e pobreza em Campos. Rio de Janeiro: Edições Publipur/UFRJ, 1987.
- [3] \_\_\_\_\_. A hora e a vez do sertão?: o cooperativismo - instrumento de modernização agrícola e organização comunitária em S. J. da Barra/RJ. Dissertação (Mestrado). PPUR/UFRJ, 1990.
- [4] \_\_\_\_\_. Notas sobre as transformações sócio-econômicas recentes em Campos e S. J. da Barra/RJ. Campos, 1996. Mime.
- [5] \_\_\_\_\_. Elementos para análise de tendências e potencialidades de desenvolvimento de espaços microrregionais periféricos nas marcos dos novos padrões da economia globalizada: o caso do Norte e Noroeste Fluminense. Campos, 1997. Mime.
- [6] DOWBOR, Ladislau. Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços. In: \_\_\_\_\_. A reinvenção do futuro. São Paulo: USP : Cortéz, 1996.
- [7] GODOY, Rosa Maria. Espaço & Debate. São Paulo, ano VII, n. 20, 1987.
- [8] GRABOIS, José (Coordenador). O papel da pequena produção na organização de um espaço periférico: o caso do Noroeste Fluminense. Rio de Janeiro, 1996. Relatório de pesquisa. Mime.
- [9] NEVES, Delma P.. Os fornecedores de cana e o estado intervencionista. Niterói: EDUFF, 1997.
- [10] SOFFIATI, Aristides A. , CRUZ, José Luis V.. Bases históricas das regiões Norte e Noroeste Fluminenses. Campos, 1997. Mime.
- [11] VAINER, Carlos B.. Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, ano VII, n. 2, set. 1993.

**Fontes Consultadas**

- [1] CIDE - Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado do Rio de Janeiro.
- [2] EMATER/ RJ - Empresa de Extensão Rural.
- [3] EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações.
- [4] Escola Técnica federal de Campos/ CEFET.
- [5] Faculdade Cândido Mendes de Campos/ Centro de Pesquisas. Estudo das Tendências do Desenvolvimento Regional.
- [6] FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de geografia e Estatística.
- [7] FIRJAN - Federação das indústrias do Estado do Rio de Janeiro.
- [8] ONU- Organização das Nações Unidas.
- [9] PETROBRAS- Petróleo Brasileiro S/A.
- [10] Plano Plurianual do Governo do Estado do Rio de Janeiro.
- [11] Revista Exame, dez/96.
- [12] SEBRAE/RJ - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
- [13] SINDIPETRO/NF - Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense.